



ACÓRDÃO Nº 318/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11281/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Tefé.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Sr. João Paulo Rodrigues Nascimento - Ordenador de Despesa.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 635/2017-MP- RMAM, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fls.497/503).
- 8- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Tefé. Exercício de 2015.

Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação. Recomendação. Notificação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Tefé, sob a responsabilidade do **Sr. João Paulo Rodrigues Nascimento**, Presidente da Casa Legislativa, à época, durante o exercício financeiro de 2015, com fundamento nos arts. 19, II, 22, II, e 24, da Lei n.º 2.423/96 (Lei Orgânica deste Tribunal de Contas) c/c os arts. 188, § 1º, II, da Resolução 04/2002-TCE/AM (Regimento Interno deste Tribunal de Contas);
- 9.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. João Paulo Rodrigues Nascimento**, Presidente da Câmara Municipal, à época, durante o exercício financeiro de 2015, no valor pecuniário de **R\$ 4.468,41** (quatro mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta e um centavos), referente a 30% (trinta por cento) do valor máximo, com fulcro no art. 53, parágrafo único, da Lei n.º 2.423/96, multa esta que deverá ser recolhida ao cofre estadual, na representação do órgão de Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, no prazo de 30 dias, com comprovação perante o Tribunal de Contas, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n.º 4/2002. Observe-se que caso



ACÓRDÃO Nº 318/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

o prazo estabelecido expire, o valor da multa deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei n.º 2.423/1996 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução n.º 4/2002 - TCE/AM). A presente multa fundamenta-se nas seguintes impropriedades:

- 9.2.1.** Atraso na publicação do Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre/2015, conforme Sistema GEFIS, ofendendo, pois, o art. 55, § 2º, Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
- 9.2.2.** Atraso no envio por meio do Sistema GEFIS do 1º e 3º quadrimestres/2015, ofendendo, pois, o art. 32, II, "h", da Lei n.º 2.423/1996 (Lei Orgânica do TCE);
- 9.2.3.** Diferença no valor declarado no Sistema GEFIS para os restos a pagar. O valor declarado no sistema foi de R\$ 0,00, enquanto o valor declarado na Prestação de Contas Anual de 2015, constante no Processo Eletrônico n.º 11.281/2016, em seu Anexo XVII, foi de R\$ 364.857,70, ofendendo, pois o art. 1º, § 1º, da Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
- 9.2.4.** Divergência de dados apresentados no Relatório de Gestão Fiscal da Câmara do 3º quadrimestre/2015 (demonstrativo da despesa com pessoal) em comparação ao balanço da câmara e da prefeitura;
- 9.2.5.** Pela Inscrição em restos a pagar não processados da Nota de Empenho 265/2015, na quantia de R\$ 364.857,70, uma vez que se refere às obrigações patronais dos meses de 2015 ao INSS, cujo fato gerador ocorreu. Por conseguinte, a ausência de disponibilidade financeira que suporte tais obrigações financeiras no montante acima citado, haja vista que o saldo de caixa ao final do exercício foi de R\$ 1.752,24. Por fim, pela não inclusão dessa Nota de Empenho no sistema E-contas;
- 9.2.6.** Descumprimento do artigo 29-a, inciso i da CF, pois o índice de dispêndio de gastos com o poder legislativo representou 7,46%, portanto, fora do limite Constitucional previsto;
- 9.2.7.** Ausência de representante da Administração especialmente designado para acompanhamento e



ACÓRDÃO Nº 318/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

fiscalização da execução dos contratos e seus aditivos, assim como de preposto, no local da obra ou serviço, para representá-lo na execução do contrato e, conseqüentemente, de relatórios de fiscalização, assim como do responsável pela liquidação dos bens e serviços adquiridos (arts. 67 e 68 da Lei n.º 8.666/1993);

- 9.3. Determinar a instauração da cobrança executiva** contra o **Sr. João Paulo Rodrigues Nascimento**, em caso de não recolhimento do valor da condenação, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n.º 2.423/1996 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução n.º 4/2002 – TCE/AM;
- 9.4. Recomendar** ao responsável, **Sr. João Paulo Rodrigues Nascimento**, dentro do que ainda for de sua ingerência, alertando ao mesmo de que a reincidência poderá causar a irregularidade das próximas contas anuais do órgão, além da aplicação de multa cabível:
- 9.4.1.** Observe com maior rigor as regras previstas na Lei n.º 8.666/1993;
 - 9.4.2.** Observe com maior rigor as regras previstas na Lei n.º 4.320/1964;
 - 9.4.3.** Observe o disposto no artigo 94 a 96, da Lei nº 4.320/64, que determina a necessidade do controle de materiais em estoque no almoxarifado e registro sintético dos mesmos;
 - 9.4.4.** Observe fielmente o equilíbrio fiscal da próxima gestão para que, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, não contraia obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito, com fulcro no art. 42, da Lei Complementar n.º 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal;
 - 9.4.5.** Observe os prazos referentes ao envio do Relatório de Gestão Fiscal, nos termos do art. 55, da Lei Complementar n.º 101/2000;
 - 9.4.6.** Adote as medidas cabíveis para a regularização do Portal



ACÓRDÃO Nº 318/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

da Transparência e do Sistema GEFIS, atentando para que as informações publicadas sejam disponibilizadas de modo atualizado, em cumprimento aos ditames da Lei Complementar n.º 131/2009 e da Lei Federal n.º 12/527/2011 – Lei de Acesso à Informação;

- 9.4.7.** Republique os Demonstrativos da Despesa com Pessoal referentes ao 1º e 2º quadrimestres de 2015, com as informações do mês de referência e dos onze meses imediatamente anteriores, com fulcro na Lei Complementar n.º 101/2000;
- 9.4.8.** Adote as medidas cabíveis para a regularização do Sistema E-contas, sob pena de sanções legais no caso da reincidência do fato;
- 9.4.9.** Mantenha a cópia dos seus contratos celebrados em seus arquivos, uma vez que é responsável pelo mesmo e tem a obrigação de fiscalizar seus prestadores de serviços;
- 9.4.10.** Mantenha atualizadas as fichas funcionais (férias, licenças, nomeações, etc.) e as fichas financeiras dos servidores efetivos, comissionados e agentes políticos e a disposições dos órgãos de controle, de maneira a permitir a realização da fiscalização da regularidade dos atos de pessoal do órgão;
- 9.4.11.** Conclua os trabalhos iniciados para a implantação do Sistema de Controle Interno, devendo ser encaminhado a esta Corte Plano de Ação para esse fim, caso exista, para avaliação, respeitando, de toda sorte, o prazo derradeiro já estipulado pela Resolução n.º 9/2016 – TCE/AM.
- 9.5. Determinar à próxima Comissão de Inspeção** que, no ato da futura auditoria nas contas da Câmara Municipal de Tefé, verifique se as medidas recomendadas foram cumpridas, a fim de não ensejar a reincidência das respectivas impropriedades, o que ocasionaria a irregularidade das Contas, com aplicação de multa, nos termos do art. 188, § 1º, III, “e”, da Resolução n.º 4/2002 – TCE/AM c/c o art. 22, III, § 1º, da Lei n.º 2.423/1996;
- 9.6. Notificar o Sr. João Paulo Rodrigues Nascimento** sobre o desfecho atribuído aos autos.



ACÓRDÃO Nº 318/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10- Ata: 9ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 4 de Abril de 2017.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

12.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral